



MASSAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · nº 25 · 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 1991 · Cr\$ 200,00

**Pôr abaixo o governo pró-imperialista
de Collor !**

Por um governo operário e camponês!

**Em defesa da vida dos trabalhadores, organizar a luta
nacional por:**

- Salário Mínimo de 301 mil (dezembro)
- Reposição de todas as perdas salariais
- Escala móvel de reajuste salarial
- Fim do desemprego
- Escala móvel das horas de trabalho
- Estabilidade no emprego
- Fim da desestatização
- Expulsão do imperialismo

**PELA GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO
PELA FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTIIMPERIALISTA**

Collor se apóia cada vez mais no Imperialismo, e executa as imposições externas, descarregando o peso da crise sobre os assalariados: manteve o salário mínimo miserável de 42 mil, com um abono de 10 mil, que não será recebido pelos aposentados e funcionários públicos; aumenta a cada mês a carga de impostos, penalizando ainda mais os assalariados; aplica a política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional, que destrói a economia do País e joga todo mês dezenas de milhares de trabalhadores no desemprego.

Algumas correntes políticas levantam a palavra de ordem "Fora Collor", mas apontam o caminho da pressão sobre o parlamento burguês falido, corrompido e submisso ao grande capital nacional e internacional. Propõem o "Impeachment" de Collor (substituição pelo vice presidente) ou o parlamentarismo como alternativa ao governo atual. Trata-se de uma farsa, na qual os trabalhadores não devem cair. Seja governo de Itamar Franco ou parlamentarismo, da mesma forma será um governo burguês (capitalista), que manterá a opressão nacional e a exploração de classe.

É necessário levantar um movimento nacional de massa que defenda as condições de vida dos assalariados, oponha-se à linha pró-imperialista e ponha fim ao governo antinacional e antipopular. A via para isso é a ação direta das massas. Preparemos a greve geral por tempo indeterminado! Lutemos para expulsar o imperialismo, que suga nosso sangue e destrói nossa economia! Defendamos a via insurrecional, revolucionária, para acabar com o governo pró-imperialista e construir o governo operário e camponês, que trabalhará pelo fim da opressão nacional e da exploração de classe.

**As negociatas em
torno da política
salarial**

Págs. 4 e 5

**Os escândalos de
corrupção**

Pág. 6

**A miséria no
Nordeste**

Pág. 8

**INTERNACIONAL
Cuba: Como salvar a
Revolução?**

Pág. 14

**O ressurgimento do
fascismo**

Pág. 13

ATUALIDADE DO MANIFESTO COMUNISTA
2ª. PARTE:

**Leis Históricas do Capitalismo e sua
Destruição**

O Manifesto demonstra que o capitalismo resultou do esgotamento do modo de produção feudal e que a burguesia jogou, na sua origem histórica, um papel revolucionário. O regime econômico burguês se caracterizou por desenvolver as forças produtivas (trabalho humano e máquinas) em grande escala através do estabelecimento da grande indústria e da criação do mercado mundial.

Marx descreve assim: "A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos"(...) "A burguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto".

Desta observação, o Manifesto conclui que um novo sistema social só pode surgir mediante o esgotamento do anterior. A lei fundamental do esgotamento está na contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade.

As relações capitalistas de produção se originaram e se desenvolveram desde o momento em que "o regime feudal de propriedade deixou de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas"(...). A classe burguesa encarnou historicamente um sistema econômico que revolucionou completamente os meios e os métodos de produção. Por isso, Marx diz: "A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais".

Ocorre que, uma vez estabelecido o sistema capitalista, este revelou suas insolúveis contradições, que determinam seu esgotamento histórico. O capitalismo transformou a maioria da população em massa assalariada a serviço da produção. Engels explica no livro *Anti-Dühring* (1878) que os meios de produção e a produção mesma se tornaram essencialmente sociais. Mas se submetem a uma forma de apropriação que tem como

pressuposto a produção privada por indivíduos, na qual cada um possui seu próprio produto e o leva ao mercado. Desta forma, o modo de produção burguês se assenta no choque entre a produção social e a apropriação capitalista. "A contradição entre produção social e apropriação capitalista se manifesta como contraposição de proletariado e burguesia. E se reproduz como contraposição entre organização da produção em cada fábrica e a anarquia da produção na sociedade em seu conjunto".

Isto quer dizer que os milhões de operários produzem socialmente uma fábula de riqueza, enquanto que a burguesia, classe minoritária, por ser proprietária dos meios de produção se apropria dela. Esta contradição, que no início da formação do capitalismo impulsionou as forças produtivas, conduziu ao seu esgotamento histórico. As crises de superprodução e as quebras recessivas, bem como o aguçamento da luta de classes se originam na incompatibilidade alcançada entre as forças produtivas coletivizadas e as relações capitalista de produção.

O Manifesto dirá: "As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento da relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa". As grandes convulsões internacionais comprovam esta tese. Hoje atravessamos uma delas com a formação dos blocos imperialistas.

A base material para a substituição do capitalismo pelo modo de produção socialista é dada por esse esgotamento histórico. O proletariado, ao expropriar a burguesia, eliminará a apropriação privada da produção. A propriedade coletivizada resolverá a contradição e libertará as forças produtivas, colocando-as a serviço das necessidades humanas, antagônicas à exploração do trabalho alheio e da divisão da sociedade em classes.

O Partido e a Tática

O objetivo central do partido revolucionário é se tornar instrumento para as massas derrubarem a burguesia do poder e instalar a ditadura do proletariado. Sem esta estratégia, o partido não pode ser revolucionário. Para cumpri-la, será necessário que o programa de expropriação da propriedade burguesa e socialização dos meios de produção penetre no movimento dos explorados e se torne força revolucionária. Isto significa o partido se organizar no interior dos assalariados e se destacar como dirigente das lutas. O que não ocorre da noite para o dia. Trata-se de um longo trabalho de constituição do programa, ou seja, da natureza proletária da revolução. O marxismo, desde o Manifesto Comunista, chegou à conclusão de que a dominação do proletariado sobre o Estado e a economia se dará pela derrubada violenta dos capitalistas. Quer dizer que os explorados não poderão conquistar o poder dentro dos marcos legais estabelecidos pela burguesia.

O Estado burguês está constituído de uma poderosa força repressiva (o exército e a polícia) para sustentar o capitalismo decadente. A luta de classes é enfrentada com violência e terror reacionário estatal. É desta relação que decorre a essência da tática revolucionária.

O programa tem por tática desencadear a ação direta das massas. É da evolução da luta de massas que o proletariado arrancará forças para impor a revolução violenta, que se traduz em insurreição e guerra civil contra o poder burguês. O objetivo da ditadura proletária e a insurreição de massa armada se condicionam. Isto determina a seriedade e a natureza do partido.

Entretanto, para se chegar até a situação revolucionária, há todo um caminho a percorrer. A ação direta assume várias formas, greves fabris, parciais e gerais, manifestações de rua, ocupações de fábricas, terras, autodefesa armada, resistências. Toda e qualquer tática que não se vincule diretamente a ação direta, deve a ela se subordinar e jogar um papel auxiliar. Por exemplo, a luta eleitoral e parlamentar é utilizada pelo partido, porém não como um fim em si mesma e não como tática principal. A tática de construção de frentes é muito importante, quando serve de instrumento para a ação direta, bem diferente das frentes eleitoralistas, que só serve para subordinar os trabalhadores à democracia burguesa e desviar seu poder de ação.

Os reformistas e oportunistas de esquerda negam que a tática subordina-se a estratégia. Quase sempre procuram esconder seu objetivo de sustentar o capitalismo, utilizando-se do reformismo do legalismo e do pacifismo, que minam a capacidade de luta direta. De outro modo, o esquerdismo que rechaça a intervenção nos sindicatos dominados pela burocracia, ou que procuram utilizar-se de métodos avançados numa situação de recuo, também contribui para negar o programa.

O fundamental da tática aplicada se reconhece quando esta ajuda a construir o partido como direção da ação direta e ajuda as massas se aproximarem da luta pelo poder. Isto nos mostra que a estratégia da ditadura proletária não decorre da correlação de força e do estado de consciência das massas e sim das condições objetivas históricas do capitalismo, enquanto a tática é o meio para o proletariado amadurecer as condições sociais para a revolução.

A CRISE E OS ACORDOS DO FMI

A produção industrial brasileira caiu 4% nos últimos 12 meses, segundo dados do IBGE. De 17 gêneros pesquisados pelo instituto, 13 mostraram retração em relação ao mês anterior. Em todos os principais setores da produção, registram-se quedas sistemáticas nos últimos meses. As demissões também prosseguem e tendem a aumentar nas próximas semanas, quando muitas empresas já não terão que pagar a estabilidade dos funcionários em período de dissídio.

O governo não dá nenhum sinal de que tomará medidas para evitar o avanço da recessão. Ao contrário, a manutenção das altas taxas de juros deve impulsionar as tendências recessivas, porque se torna cada vez mais vantajoso o investimento no mercado financeiro e menos vantajoso o investimento na produção.

A política recessiva de Collor atende às pressões do imperialismo e está ligada à negociação com o FMI em torno da dívida externa. Para o fechamento de um acordo, o FMI exigia demonstrações concretas do governo no sentido da privatização, desvalorização do cruzeiro frente ao dólar e reforma tributária para obtenção de superávit nas contas da União. Collor já começou a privatização com a venda da Usiminas, Celma e Maferesa, efetuou a mididesvalorização e agora busca a aprovação no Congresso da Reforma Tributária. O FMI fixou objetivos de 2 a 4% do PIB a serem alcançados como saldo no balanço da União nos próximos 3 anos, que devem ser obtidos através de elevação dos impostos. Essas metas estão diretamente ligadas para criar condições para o governo pagar os juros da dívida externa. Segundo o FMI, o governo deve entregar as estatais como parte do pagamento dos títulos, e conseguir um saldo na balança comercial e saldo no balanço da União para pagar os juros da dívida.

Collor submete-se às pressões externas e descarrega o custo das mesmas sobre as massas, que terão de pagar com o arrocho salarial, aumento de impostos e desemprego causados pela recessão. Todos os economistas prevêm que, mantida a atual política econômica recessiva, a recessão continuará em 92. Quer dizer que se avançará na quebra das indústrias e no desemprego. Se de 89 para 90 já houve uma redução de 30% nas vendas da indústria, o prolongamento da recessão destruirá toda uma parte da economia nacional no próximo ano.

O avanço da recessão, estimulado por Collor, não é um produto exclusivamente nacional. A desagregação do capitalismo a nível internacional (expressa na estagnação/recessão que prevalece na maioria dos países do planeta), que reflete a crise de superprodução, implica na impossibilidade do desenvolvimento da produção em todos os países sob o capitalismo. Nesse quadro, as metrópoles imperialistas pressionam as nações atrasadas para que abram seus mercados à penetração externa. Buscam aumentar seu controle sobre setores chaves da economia dos países semicoloniais, o que leva ao crescimento da opressão nacional.

A luta contra os efeitos da recessão (desemprego, maior arrocho salarial, etc), a luta contra a política antinacional e antipopular de Collor, e a luta contra o imperialismo. Cabe organizar uma Frente Revolucionária Antiimperialista, que unifique a nação oprimida sob a direção do proletariado contra o opressor imperialista e seu aliado, o governo burguês.

A Divisão Interburguesa no Congresso e a Pressão Imperialista

A votação do Emendão não ocorrerá mais este ano. O maior obstáculo não está no prazo ou no desacordo quanto ao seu conteúdo essencial (desestatização e fim do monopólio do petróleo e abertura da economia nacional ao capital externo), e sim na divisão interburguesa em relação às questões de reforma fiscal e na forma de abrir a exploração do petróleo.

Quanto à reforma fiscal, o governo pretende reduzir drasticamente o repasse de verbas aos municípios e estados pela União. Muitos municípios, principalmente em regiões mais atrasadas, praticamente sobrevivem desses repasses de verbas. Setores de oligarquias regionais mantêm uma relação parasitária com a União através desses repasses. Recente locaute de prefeituras, com a paralisação de mais de 140 cidades em Pernambuco, no sul do país e no interior de São Paulo, mostrou o atrito interburguês.

O governo, pressionado pelo imperialismo, pretende cortar esses repasses de verbas para reduzir o déficit da União. Trata-se de uma exigência do imperialismo, para garantir condição ao pagamento dos juros da dívida externa. O governo burguês se atrita com setores da burguesia para atender às exigências do imperialismo.

Frente ao crescimento da divisão interburguesa, Collor se apoia cada vez mais no imperialismo para efetivar o plano antinacional e antipopular. Tem dado mostras de que vai buscar todos os caminhos para abrir a economia e acabar com o monopólio do petróleo. Já cogita as possíveis manobras jurídicas para passar por cima da divisão interburguesa expressa no Congresso e decretar o sucateamento da Petrobrás.

A burguesia nacional se mostra cada vez mais impotente frente à crise e ao imperialismo. Cabe ao proletariado levantar a luta antiimperialista de massa, que só será vitoriosa com a derrubada do governo burguês e a instauração do governo operário e camponês.

A POLÍTICA DE COLLOR NÃO REDUZIRÁ A INFLAÇÃO

Uma das metas da carta de intenções que está sendo encaminhada pelo governo ao FMI é a redução da inflação para 2% ao mês no final de 92. O governo diz que, para alcançá-la, manterá a política econômica atual: ajuste fiscal, aperto monetário e aumento da oferta. O que diz é que com juros altos e recessão, aliado a um aumento da oferta de

produtos, os empresários baixarão os preços para eliminar os estoques de produtos, os empresários baixarão os preços para eliminar os estoques e a inflação cairá mês a mês. Como o governo pretende não aumentar sua dívida interna (balanço da União positivo, através do aumento de impostos e corte de verbas aos municípios), não emitirá títulos de dívida

pública e os juros baixarão. Nada disso ocorrerá.

As empresas não baixarão os preços porque não há a chamada "livre concorrência". Os poucos grupos monopolistas e os cartéis que controlam os setores chaves da economia determinam os preços. E determinam AUMENTOS DE PREÇOS, para compensar a queda nas vendas e susten-

tar os altos juros financeiros. Já o governo terá de bancar os juros da dívida externa, e o fará com o aumento dos impostos, etc. Assim, a inflação não será reduzida. A política do governo visa atender às exigências do capital estrangeiro, e para isso vai aumentar o sacrifício das massas.

Veto à Política Salarial do Congresso

O Congresso Nacional há 3 meses atrás aprovou um mecanismo de reajuste do salário mínimo, que o elevaria para 54 mil em novembro. O governo baxou o veto, mantendo o mínimo no valor congelado de 42 mil, quando a inflação mensal beirou 30%. O mesmo Congresso acabou por manter o veto presidencial, ao não alcançar a maioria absoluta de 252 votos. Segundo os ministros, a elevação do mínimo quebraria os estados e municípios, bem como as pequenas empresas. Mesmo os parlamentares burgueses favoráveis à manutenção da política salarial contra-argumentavam que se tratava apenas de reposição das perdas inflacionárias. Os políticos da bur-

guesia, interessados em reanimar o mercado interno, sabem que em relação a 1981 o salário mínimo perdeu 50% de seu valor. Se fosse reajustado nos valores daquele ano, chegaria a Cr\$ 103.810,00. Esta comparação demonstra que mesmo os 54 mil mantêm o brutal arrocho. Mas a verdade dos números não está completa, pois o salário mínimo que assegura a existência de uma família de 4 pessoas deveria ser de 301 mil (US\$ 350) em novembro. Os 54 mil já são um decreto de fome. Os 42 mil apenas agravam esse decreto. Se os assalariados continuarem a depender do parlamento e do governo burgueses, a superexploração continuará a sugarlos.

SALÁRIO-MÍNIMO: BASE DA SUPEREXPLORAÇÃO

Se o veto presidencial fosse derubado pelos deputados, os trabalhadores que recebem até 3 salários mínimos teriam a sua faixa ampliada para Cr\$ 162.840,00. Assim os reajustes seriam feitos sobre esse valor e não sobre os 126 mil. Todos os trabalhadores que têm data-base em janeiro, maio e setembro (grupo 1) e em março, julho e novembro (grupo 3) também teriam reajuste neste mês. Com a manutenção do veto do reajuste do mínimo, se manteve o congelamento das demais faixas.

Este é um exemplo que mostra bem o papel do salário mínimo nominal como base da superexploração do trabalho. Quem ganha até 3 salários mínimos não recebe sequer o salário mínimo real. E as faixas salariais são determinadas pelo salário mínimo nominal, que não serve para sustentar uma família operária (4 pessoas). Elevando o salário mínimo para Cr\$ 301 mil, os capitalistas teriam de aumentar as faixas superiores que dizem respeito à uma mão de obra mais qualificada.

Para a obtenção de altas taxas de lucratividade os patrões reduzem a base do mínimo e com ela achatam as demais faixas, desvalorizando brutalmente a mão de obra.

Se em 1981, ano em que o mínimo já estava achatado, os trabalhadores gastavam 49,87% do salário mínimo para comprar a cesta básica, agora necessitam de 78,5% dos 42 mil (Estadão). Isto quer dizer que, para sustentar a família, vários membros têm de trabalhar, obtendo renda familiar para sobreviver.

Ao se reduzir cada vez mais o mínimo, a renda familiar abaixa, eleva-se o lucro da burguesia e aumenta a miséria das massas. Vemos que não só o salário mínimo não assegura a subsistência da reprodução da força de trabalho, como a renda familiar de uma grande faixa está ameaçada.

Em regiões como Nordeste, em que a penúria das massas é bárbara, 41,3% da população ativa recebem até 1 salário mínimo (IBGE). Num centro industrializado como São Paulo, estima-se que 40% dos trabalhadores recebem até Cr\$ 66.505,00 (Diário Popular, 24/11). Na recente pesquisa do IBGE, se aponta que 24,2% dos trabalhadores de todo país recebem até 1 salário mínimo. Isso explica porque os capitalistas e o governo se aferram em impor sua política salarial baseada no salário mínimo miserável, principalmente na situação de crise.

A Demagogia Parlamentar e a Superexploração

Fronte ao veto, o parlamentar pelista Paulo Palm passou a se alimentar de pão e água. O Congresso manteve o veto e Palm suspendeu o jejum. O PT foi um dos partidos que negociou com uma ala da oposição a política salarial que elevaria o mínimo a 54 mil.

Desde logo, abriu mão da defesa do salário mínimo real. Seu economista e parlamentar Aloisio Mercadante chegou a utilizar o argumento pró-capitalista de que a economia não suportaria um mínimo real. Empenhado por recuperar alguma migalha, mergulhou nas negociações com os partidos da burguesia. Cantou vitória com a aprovação do reajuste trimestral do mínimo, levantando a velha explicação reformista de que, frente à proposta de Collor, a da oposição era um progresso, não importando se com esse 'progresso' os operários continuassem a passar fome e esgotar suas energias na produção.

Com o veto presidencial, sustentado pelo parlamento, continuou a vigorar a posição do governo, uma vez que os 42 mil não eram o principal problema e sim o reajuste trimestral.

O pão e água do parlamentar do PT foi o último recurso lançado para sensibilizar a 'caridade' do parlamento burguês e do governo reacionário.

Este é um gesto de quem capitulou desde a primeira hora perante os exploradores. Por isso, jejum de pão e água é uma atitude demagógica e odiosa, de quem tudo faz para esconder a traição do PT.

As Negociatas no Parlamento

Com veto ou sem veto do reajuste trimestral do salário mínimo, a vida das massas está sacrificada. Os reformistas e a oposição burguesa diriam, para se opor a esta constatação, que melhor estariam as massas com os 54 mil, do que com os 42 mil. Antes do veto, fizeram a maior negociata para aprovar a política de fome, afirmando que era a possível. Agora, com o veto, dirão que também fizeram o possível para manter a política de fome um pouco melhor do que a de Collor.

E o que fizeram? Durante todo o trâmite procuraram negociar com o governo a votação do Emendão, que se constitui num violento ataque à economia nacional. Da mesma forma se colocaram frente à questão da reforma fiscal, exigida pelo FMI.

Collor pouco se importou com a proposta de troca de concessões, pois a manutenção dos 42 mil era também uma exigência do acordo com o FMI, que não permite a elevação salarial dos funcionários

públicos.

O governo tinha a seu favor o critério de votação que exigia 252 votos contra o veto. O resultado foi 208 votos contra o veto de 108 a favor do governo. Portanto, mesmo com a diferença de 100 votos contra o veto, venceu Collor.

Esta experiência demonstrou aos trabalhadores como suas vidas são decididas por essa corruptela burguesa. Do governo e do Congresso só pode vir desgraça, pois são instituições a serviço da exploração capitalista.

Quando os marxistas dizem que a mais perfeita democracia burguesa não deixa de ser o exercício da ditadura capitalista sobre a maioria explorada, se refere ao poder do Estado impor a fome e a miséria aos assalariados. Por isso, não se pode confiar um milímetro na democracia burguesa e seus representantes parlamentares. O caminho é o da luta direta e de massas contra os exploradores.

Defender o Salário Mínimo de 301 mil, com Escala Móvel

Os trabalhadores não devem aceitar o jogo burguês do salário mínimo a conta-gotas. Depois do veto, Collor está negociando com a oposição burguesa (PMDB, PSDB, PDT, etc) um abono. Mais uma vez os interesses da corruptela patronal jogam com a vida de milhões de trabalhadores. Aqueles que se colocam no campo das negociatas, como os parlamentares petistas, do PCdoB, etc, estão contra a luta pela real defesa da vida das massas. Rejeitam a bandeira do salário mínimo real, que seria de CR\$ 300 mil, e fazem corpo mole frente a necessidade de elevar os salários de acordo com a inflação presente. Esta gente acaba por silenciar a CUT e os sindicatos à espera de que as migalhas sejam negociadas no parlamento corrupto. AO CONTRÁRIO. ESTA COLOCADA A LUTA NACIONAL DOS EXPLORADOS PELO SALÁRIO MÍNIMO REAL COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE. TRATA-SE DE FURAR O BLOQUEIO DO PARLAMENTO BURGUES E, PRINCIPALMENTE, DA BUROCRACIA REFORMISTA, PARA SE GANHAR AS RUAS CONTRA A MISÉRIA DO POVO.

Privatização da Petrobrás

O governo Collor começou a jogar mais pesado pelo fim do monopólio do petróleo. O ministro da Infraestrutura João Santana declarou que o monopólio é do Estado e não da Petrobrás. Assim, mostra que o governo, cedendo às pressões do capital estrangeiro que quer explorar e comercializar o petróleo no Brasil, está disposto a passar por cima das negociações e votações no Congresso do "Emendão" e utilizar de manobras jurídicas para efetivar o fim do monopólio do petróleo (privatização da Petrobrás). E o ministro já deu o recado: vão abrir a exploração de qualquer jeito. Os diretores da Petrobrás que resistirem serão demitidos.

Diante do impasse da votação do "Emendão" no Congresso, o governo já dá sinais de que vai se apoiar no imperialismo cada vez mais e passará por cima do parlamento se necessário para realizar as pretensões do imperialismo.

A privatização da Petrobrás ampliará o controle do capital estrangeiro sobre a economia do país. Isso já está acontecendo com as privatizações de empresas-chaves: Usiminas (siderurgia), Celma (eletromecânica), Mafersa (material ferroviário). Assim, por trás da chamada "modernização" da economia está o crescimento do controle do imperialismo sobre os setores-chaves da produção. O país vai ficar cada vez mais nas mãos das multinacionais americanas, européias e agora japonesas. A desestatização trará o aumento da opressão nacional.

A maioria das correntes políticas não levanta a defesa do estatismo contra o imperialismo. Os nacionalistas, como Brizola, apoiam uma privatização "democrática". O presidente da CSN afirma que pretende privatizar a siderúrgica de acordo com a receita de Brizola. Os reformistas apenas condicionam que a privatização seja feita com a participação do parlamento e dos trabalhadores. Não será possível enfrentar as pressões do imperialismo de arrematar os ramos-chaves da economia se não for através da mobilização das massas contra o próprio Estado burguês que encarna a linha imperialista. Por isso, defendemos o estatismo, ocupando as estatais e estabelecendo o controle operário. Este é um passo para estruturar a luta ant imperialista e anticapitalista.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No 01171 - CEP 01057 - SÃO PAULO - SP

O que está por trás dos escândalos de corrupção?

A corrupção sempre esteve presente no interior do Estado burguês. Ela faz parte da própria natureza de realização das disputas interburguesas e de organização e arregimentação do Estado. Os políticos burgueses encobrem a corrupção uns dos outros para manterem seus privilégios e preservarem as bases eleitorais. A corrupção é só uma das formas de utilização do Estado em benefício da burguesia.

Quando esto-ram as crises do capitalismo, a desagregação econômica atinge o próprio Estado burguês. O regime político entra em crise, dada a divisão interburguesa frente ao avanço da crise econômica e política. Os inúmeros casos de corrupção são então utilizados pelas forças burguesas em choque para ganharem terreno no interior do Estado e obterem vantagens nas negociações de bastidores do parlamento. Por trás das denúncias de corrupção está a luta interburguesa e a falência do Estado. Nunca essas denúncias são levadas às últimas consequências, sempre terminam em acordos espúrios que acabam jogando a conta das negociações sobre os assalariados.

Dos conflitos interburgueses não sairá nenhuma luta real contra a corrupção. As CPI's (Comissões Parlamentares de Inqueritos) acabam sempre em arquivamento de relatórios e os responsáveis nunca são punidos.

Cabe organizar os tribunais populares para apurar e julgar os casos de corrupção. São as massas que podem levar as denúncias de corrupção até a clarificação dos fatos e punição dos responsáveis. O objetivo dos trabalhadores não é salvar as instituições corrompidas do Estado Capitalista, como pretendem demagogicamente os parlamentares reformistas, mas o de utilizar a decadência da burguesia para travar a luta anticapitalista.

Governo sustenta marajás e impõe miséria a aposentados.

O governo tem negado rejeitar o salário mínimo para 54 mil. Seu argumento é o de que o Estado não teria condições de pagar os aposentados e os funcionários públicos.

Entretanto, pagou em média 108 salários mínimos a cada deputado federal em 91. E houve meses em que esse valor chegou a superar os 153 salários mínimos. Além disso, todos ganham, por mês, 4 passagens aéreas de ida e volta para seus Estados, moram em apartamentos funcionais espaçosos em Brasília, pelos quais os senadores pagam Cr\$ 24,00 por mês e os deputados não pagam nada. Quem não consegue imóvel funcional, ainda recebe auxílio-moradia de Cr\$ 600 mil mensais. Os deputados têm cotas de correios de Cr\$ 325 mil por mês, de telefone (Cr\$ 256 mil) e mais dinheiro para os envelopes, papel e xerox. Recebem ainda verbas de gabinete de Cr\$ 2,7 milhões e 2 carros oficiais com 2 motoristas.

Os deputados que têm 2 mandatos (8 anos como parlamentar) podem se aposentar e ganhar salários de marajá que variam de Cr\$ 1 a 1,5 milhões, pelo resto da vida. Depois de mortos, as mulheres e filhas solteiras continuam recebendo.

E existem ainda deputados que reclamam que o salário de parlamentar está baixo e estão com dívidas. Onde se gasta tanto dinheiro?

E o governo, que sustenta centenas de salários de Cr\$ 2,5 milhões, fora benefícios e aposentadorias ainda a coragem de dizer que não pode pagar aos aposentados a miséria de Cr\$ 54 mil por mês.

Estado mais pobre do país tem os maiores marajás e vende terras a Cr\$ 1,00 o hectare

Tocantins é o estado mais pobre do país. Mas quem tem poder ali vive no paraíso. A procuradora geral da Justiça ganha Cr\$ 7,5 milhões por mês e os desembargadores, Cr\$ 4,5 milhões. O ex-governador Siqueira Campos, quando exercia o mandato, utilizou-se de um decreto para vender terrenos públicos fora de Palmas a amigos e auxiliares por Cr\$ 1,00 o hectare, quando seu valor real era de Cr\$ 340 mil.

Em Palmas, a terra foi vendida a Cr\$ 10 mil o hectare. Até a reserva ecológica da capital foi vendida a desembargadores, 14 deputados estaduais, deputados federais, juizes e procuradores de justiça, que a dividiram em chácaras.

O dinheiro arrancado com os impostos dos assalariados é utilizado para bancar os salários de marajás e a entrega das chácaras aos corruptos.

Um ano sem punição aos escândalos da Iba em alagoas

Os escândalos envolvendo a superintendência da LBA (Legião Brasileira de Assistência) de Alagoas, que começaram a ser denunciados há um ano, permanecem impunes. Tanto a Procuradoria Geral da República, o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Ação Social e a própria direção nacional da LBA não fizeram nada para apurar o escândalo.

A primeira irregularidade na LBA de Alagoas, ocorreu durante a campanha eleitoral do ano passado, para o governo do Estado. A Justiça Eleitoral apreendeu em Traipu (AL) cestas básicas da LBA em poder de correligionários do candidato Geraldo Bulhões, que tinha apoio da primeira dama Rosane Collor. O inquérito aberto continua engavetado.

Em agosto deste ano, denunciou-se que verbas da LBA beneficiaram entidades dirigidas pela família de Rosane Collor. O escândalo acelerou a saída de Rosane da presidência da LBA, e o novo presidente já adiou por 2 vezes o prazo para conclusão da sindicância em Alagoas.

Desvio de Cr\$ 20 bilhões nos armazéns agrícolas

A Cia. Nacional de Abastecimento constatou irregularidades em 3.500 dos 8 mil armazéns cadastrados pelo governo no país. Segundo as estimativas, somente este ano o desvio de recursos causados por essas irregularidades chega a Cr\$ 20 bilhões.

Assim, através da falsificação da quantidade de alimentos estocados e da estocagem para especulação, com a aplicação em ambos os casos no mercado financeiro, consegue-se fraudar o governo e prejudicar o funcionamento do mercado de produtos agrícolas. Quem paga é o assalariado, através de impostos e de aumentos nos preços dos alimentos.

ZONA FRANCA DE MANAUS A DISPUTA INTERIMPERIALISTA PELO MERCADO INTERNO.

O projeto de lei nr.85/91 de Collor ampliando as isenções fiscais e o número de setores com direito aos privilégios abriu um acirrado choque entre o governo federal e a grande burguesia concentrada em São Paulo. Segundo a regulamentação vigente, a Zona Franca tem por objetivo as exportações das mercadorias ali produzidas e se circunscreve aos setores eletroeletrônicos, óticos, relógios e de motocicletas. Pelo projeto 85, passaria a abranger automobilismo e informática. Desta forma, a Zona Franca se constituiria num corredor por onde penetrariam carros, tratores, caminhões e produtos de informática provenientes do exterior.

Ocorre que as grandes montadoras (Autolatina) detêm o controle do mercado interno e de exportação, estando sediadas principalmente em São Paulo. São multinacionais ligadas ao capital imperialista alemão e norte-americano.

A reformulação da Zona Franca favorece o ingresso do capital japonês, em detrimento da Autolatina. O ramo de informática, por sua vez, está em parte sob controle do capital nacional, que, sob forte pressão da quebra do monopólio, vem se associando ao capital estrangeiro. Há interesse de que a disputa pelo setor se dê no âmbito das reformulações aprovadas no Congresso Nacional.

Esta confluência permitiu que a Abicom (informática),

Anfavea (automobilismo), Abimec (peças) e Fiesp se unissem contra o projeto 85, tendo como porta-voz o governador Fleury.

Enquanto a Secretaria de desenvolvimento regional, dirigida por representantes das oligarquias nortistas e nordes-tinas, argumentam com a necessidade de quebrar a reserva de mercado do setor automobilístico, as montadoras se contrapõem defendendo a indústria nacional. Na verdade, o conflito expressa a disputa interimperialista por mercados. O capital japonês objetiva exportar seus carros para serem montados no Brasil, bastando obter vantagens alfandegárias, necessárias para competir e romper com o monopólio automobilístico aqui existente.

Sob o fogo desta crise, ressurgiu o problema dos desequilíbrios regionais entre norte e sul e com ele a condição do Brasil atrasado e oprimido pelo imperialismo. Enquanto Collor desnacionaliza a economia, as frações imperialistas lutam pela reserva de mercado. O Estado passa a refletir a "guerra" comercial desencadeada pelas metrópoles, que permanecem encobertas (Japão, EUA, Alemanha). Estes acontecimentos nos ajudam a compreender porque o proletariado deve se constituir na força revolucionária para estatizar todos os ramos chaves da produção e ao imperialismo impor a independência nacional.

Militares: Estados Unidos pressionam para que Exército brasileiro entregue militantes

Segundo denúncia publicada no Diário Popular de 17.11, fonte militar não citada, informa que aumenta a pressão do governo dos EUA sobre as Forças Armadas Brasileiras.

A base dessa pressão se daria sobre 3 pontos:

1 - aceitar as intervenções militares dos EUA na América Latina, conforme proposta do Secretário de Defesa Dick Cheney, para "garantir no poder os governos democráticos";

2 - intercâmbio entre EUA e toda a América Latina de lista de "elementos potencialmente subversivos", solidários a Fidel;

3 - desviar as Forças Armadas das chamadas "funções tradicionais de salvaguarda do Estado", para criação de uma força de intervenção rápida de caráter interamericano.

O objetivo de Dick Cheney é o de colocar as Forças Armadas Brasileiras sob a influência direta dos Estados Unidos. O gendarme imperialista necessita não só controlar parte da economia nacional, mas também das forças de repressão. O intervencionismo norte-americano vem crescendo em todo mundo. Cuba está nos planos desse expansionismo, facilitado pela derrocada da burocracia estalinista e desintegração do Leste Europeu. Recentemente, James Baker fez uma visita à China com o claro objetivo de preparar o cerco naval à Coreia do Norte, para que esta abandone as pesquisas nucleares. Na América Latina, com o pretexto de combater o narcotráfico, o DEA passa a manejar diretamente a cúpula dos exércitos da Bolívia, Peru, Colômbia, etc.

Os três pontos propostos por Dick Cheney é parte da estratégia militarista do imperialismo. Tanto se refere ao reforço à opressão nacional quanto à repressão à luta de classes. Sabemos muito bem que as trocas de governos, bem como sua sustentação, na América Latina, sempre se deram sob a vigilância direta dos EUA.

Diante da crise do regime político no Brasil, o imperialismo procura reforçar sua influência, preparando o campo para desencadear a reação a qualquer momento. Os militares que demonstraram descontentamento com a proposta americana não serão capazes de refrear o intervencionismo, porque as Forças Armadas são criatura da burguesia nacional, incapacitada para reagir às pressões do imperialismo.

O proletariado necessita urgentemente organizar-se como força antiimperialista e anticapitalista para fazer frente à ação mundial do imperialismo.

CAMPANHA CONTRA A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA A GUILLERMO LORA

DEFENDER LORA É DEFENDER A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

Participe da campanha contra a perseguição política ao dirigente do POR boliviano. Ajude a recolher abaixo-assinados, denuncie em seu sindicato, escola ou organização popular.

Superexploração do trabalho e a utilização da mão de obra infantil

Existem hoje, segundo o DIEESE, 59 milhões de crianças de 0 a 17 anos, que vivem em famílias com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo. Desse total, 8 milhões de crianças de 7 a 17 anos são obrigadas a deixar os bancos escolares e entrar no mercado de trabalho, ganhando até meio salário mínimo.

Além dos capitalistas tirarem as crianças da escola, para promover a super exploração, as submetem a condições subhumanas de trabalho. Isso ficou demonstrado recentemente em Marabá (PA), onde a Secretaria Municipal de Obras manteve 50 crianças de 8 a 15 anos trabalhando como garis sem nenhum direito trabalhista, sujeitos à doenças infecciosas, por serem transportados nos caminhões de lixo sem nenhuma proteção.

Para os menores que não se adaptam a essa realidade da super-exploração, o extermínio é o caminho que os espera. Existem hoje no Brasil cerca de 800 mil menores de rua, que não estudam, nem trabalham e nem ajudam nas tarefas domésticas. O extermínio de menores é parte dessa situação de abandono que vem aumentando no país. Segundo Silvio Donizetti, uma parte do extermínio de menores se deve à extração de órgãos, como rins, fígado, testículos, etc., destinados ao tráfico internacional. A cotação varia, segundo a tabela, entre 20 a 100 mil dólares. Esta denúncia demonstra a que ponto chega a barbárie do capitalismo.

Frete a problemas dessa natureza, o prefeito de Marabá, disse que "preferiu manter o trabalho semi-escravo das crianças, do que deixá-las a mercê do extermínio".

Miséria no Nordeste destrói a população

As recentes pesquisas nos estados do Nordeste mostraram o aprofundamento da fome e da miséria. E como consequência de profunda desnutrição, formou-se uma nova raça de seres humanos: os nanicos, ou anões.

Comuns no Nordeste rural, os nanicos são homens semelhantes aos pigmeus africanos, com estatura abaixo de 1,5m. Esses seres não se diferem apenas pela estatura dos demais brasileiros, que têm em média 1,68m, mas também, pela perda de 40% da capacidade cerebral. Com o aprofundamento da crise no país, a proporção de crianças desnutridas de 1 a 4 anos em Pernambuco cresceu de 24,37% em janeiro de 90 para 30,19% em dezembro do mesmo ano, segundo pesquisa do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional da UNICEF e do Ministério da Saúde.

O quadro de desnutrição indica que mais crianças poderão nascer com menos de 2,5kg, condição que amplia as chances do nanismo e da morte no 1o. ano de vida. Segundo o médico pernambucano, Meraldo Zisman, a tendência do nanismo é mais forte no Nordeste, mas já começa a se espalhar por todo país. Segundo dados do DIEESE, enquanto em São Paulo, 40,3% dos trabalhadores sobrevive na pobreza, recebendo até Cr\$ 65 mil mensais, no Nordeste está concentrada 53% da pobreza do país, com 23,7 milhões de pessoas vivendo com uma renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo.

A desnutrição em massa e a formação da "raça de anões" não é um fato novo no Nordeste. Esta região sempre se caracterizou pela predominância da miséria absoluta. Por algum tempo, se culpou o clima árido. E os reformistas mais extremados chegaram a identificar o fenômeno com o predomínio da estrutura latifundiária. Esta última explicação tem muito de verdadeiro. Inclusive para se entender porque o clima seco acaba também por influenciar objetivamente na vida econômica. Porém o fundamental está em que o Nordeste é parte da estrutura do Brasil capitalis-

ta atrasado e semicolonial.

A economia baseada nos latifúndios e a existência de formas pré-capitalistas de produção (trabalho com enxada, arado, etc) são reflexos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo semicolonial, em que combina o alto desenvolvimento industrial em alguns pólos (Sul e Sudeste) com as formas mais arcaicas de produção (Norte-Nordeste). Todo país se constitui num bolsão de pobreza e miséria, porém nas regiões mais atrasadas (desequilíbrios regionais, não solução da unidade nacional harmônica) se destaca a manifestação mais bárbara da opressão social.

Evidentemente, com a crise capitalista, num país em que 70% da população vive nas cidades, a barbárie também se mostra abertamente, como é o caso do assassinato de crianças, a matança diária de adultos nas favelas e o crescente exército de lumpens (desempregados crônicos). Mas a raça de anões, produto da ampla subnutrição histórica das massas nordestinas, é consequência particular da região mais atrasada do país, se constituindo numa manifestação particular da opressão social geral na semicolônia.

A política pró-imperialista de Collor vem reforçando a opressão nacional e social. A quebra de forças produtivas, via recessão, aprofunda o atraso, aumenta os desequilíbrios regionais e amplia a concentração estrutural da miséria. As relações capitalistas de produção do país atrasado cede sob pressão da crise mundial e eleva a miséria absoluta.

O anacronismo do Nordeste latifundiário agudiza as contradições do sistema burguês, premido pela retração industrial dos grandes centros. O programa das massas exploradas é a revolução proletária, que exproprie o poder econômico e político da burguesia, incapaz de solucionar o problema do atraso e da miséria. Os latifúndios deverão ser confiscados e as terras entregues aos camponeses. A economia a serviço da vida das massas porá fim à raça de anões.

A resposta de Erundina aos sem teto

Em recente pesquisa, a prefeitura de São Paulo constatou que somente na área central de São Paulo estão localizados 329 pontos de concentração de sem-teto o que significa que 26% da população de São Paulo não tem onde morar. O quadro fica ainda mais alarmante ao constar que 50% desse total têm inclusive formação superior e idade variando entre 30 e 39 anos, ou seja, capacitados para o mercado de trabalho. Além dos viadutos, que perfazem 11% dos pontos de concentração, existem os que moram DENTRO das colunas de sustentação de pontes e viadutos em espaços ociosos onde não cabe uma pessoa em pé.

A Secretaria Municipal de Vias Públicas, do governo democrático e popular do PT, considera os sem-teto como "invasores" e a supervisora da Secretaria do Bem Estar Social, Cleide Rosa Moreno, diz que "só intervem quando a comunidade se sente incomodada pelos sem-teto", ou seja, sem-teto não faz parte da "comunidade".

Essa é a resposta da prefeitura petista para o problema dos sem-teto e não a luta contra a política recessiva imposta pelo governo pró-imperialista de Collor, que a cada momento descarrega com mais violência a crise econômica sobre as massas, aprofundando a situação de miséria em que se encontram.

O que está por trás do milhão de assinaturas

No dia 18.11 foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília, um projeto de lei visando a criação de um Fundo Nacional de Moradia para construção de casas populares. Esse fundo seria formado a partir dos recursos levantados pelo FGTS e mais 20% da arrecadação das loterias. Seria destinado à construção das casas populares levantadas em mutirão pelas próprias famílias, e que recebem até 10 salários mínimos.

Para agilizar a aprovação do projeto foi entregue no mesmo dia uma lista com mais de 1000 assinaturas arrecadadas e acompanhada de uma manifestação popular em Brasília. Trata-se da ficção de que é possível obter a aprovação dos deputados, que ficariam sensibilizados com o projeto de mutirão para construção, o que tornaria mais barato o seu custo, conforme declaração do deputado do PT Roberto Gouveia.

Para agilizar a aprovação do projeto foi entregue no mesmo dia uma lista com mais de 1000 assinaturas arrecadadas e acompanhada com uma manifestação popular em Brasília.

O grave nessa história é que os sem teto continuarão iludidos de que é possível fazer reformas que favoreçam os oprimidos e que o caminho para pressionar é utilizar os

métodos pacíficos, abaixo assinados, manifestações, etc.

Longe disso o parlamento existe para manter os interesses da classe burguesa e não para defender os oprimidos. E, nas condições de crise, em que se multiplica o número dos sem teto, o parlamento não tem como fazer reformas sociais.

Os reformistas do PT, que combatem as ocupações e a resistência, ao proporem projetos inviáveis e persistirem na linha do pacifismo de pressão ao parlamento, para obter migalhas, vêm colaborando para aumentar os sem tetos no país, pois ao mantê-los iludidos esperando as benesses, os mantém impotentes perante a crise social.

Sem dúvida, os populistas utilizam o movimento dos sem-teto para formar os currais eleitorais. Quem não se lembra da militância da Sra. Erundina no movimento popular? E quem não viu a desativação das ocupações por aqueles por aqueles que controlam os sem-teto em São Paulo depois da vitória do PT? Basta que as eleições se aproximem para colherem milhares de assinaturas e fazerem caravanas à Brasília, para finalmente os favelados ficarem ao relento. Há que rejeitar a demagogia populista e organizar as ocupações.

Agrava-se a questão agrária no Brasil

O número de famílias de sem-terra no Brasil cresceu, de 5 milhões em 1985, para 12 milhões em 1990 (dados do IBGE). O que quer dizer que cerca de 60 milhões de pessoas no campo estão sem condições de plantar, porque não têm terra, ou que cerca de 35 milhões que estavam em suas terras há 6 anos plantando hoje não estão mais.

Em Santa Catarina, observa-se um número crescente de famílias que vão perdendo as terras para os bancos ou grandes latifundiários, que as deixam sem produzir, e vão à cidades em busca de trabalho. Em Chapecó, por exemplo, chegam em média 20 famílias por dia que têm como destino as favelas da cidade, que aumentaram de 2 para 14 este ano. As estradas da região estão margeadas por centenas de famílias, que constroem seus barracos por não terem onde ficar ou plantar.

Os sem-terra, depois de perderem seu pedaço de terra, ainda são reprimidos pela violência burguesa, no conflito pela terra. Somente no Estado da Bahia, de janeiro a agosto de 91, ocorreram 18 conflitos resultando em 8 mortes, 23 trabalhadores rurais morreram em conflitos no mesmo período em todo o País (Folha de São Paulo 04/11/91).

O aumento dos sem-terra é acompanhado pela redução na produção agrícola brasileira, que caiu de 71 milhões de toneladas em 89, para 56 milhões em 91. Isso se deve ao fato

de que grande parte da produção agrícola brasileira (alimentos) é feita em pequenas e médias propriedades, com um grau de mecanização muito baixo. Com o crescimento dos latifúndios nos últimos anos, e a redução dos pequenos proprietários, acentuou esse problema. Os latifúndios são em sua grande maioria improdutivos: somente cerca de 6% de suas áreas são cultivadas.

Esse quadro é produto da natureza do país semicolonial e do avanço da crise do capitalismo. O Brasil como país semicolonial tem um desenvolvimento desigual e combinado. Em alguns pólos onde o capitalismo penetrou desenvolveu-se uma indústria que aplica a tecnologia desenvolvida nos países onde o capitalismo nasceu e se desenvolveu (imperialista), enquanto que no restante do país o que predomina é o atraso em todos os sentidos. A produção agrícola reflete isso também: enquanto em alguns pontos do país se aplica a tecnologia e mecanização na produção, voltada principalmente para a exportação de grãos aos países desenvolvidos na maior parte das terras o plantio, quando é feito, utiliza-se de técnicas rudimentares e a produtividade é baixíssima.

Não há saída para os agricultores brasileiros no quadro do capitalismo em decomposição. Os países imperialistas, atravessando a crise de superprodução, pressionam os países atrasados para que abram seus mercados à rapina estrangeira. O processo recessivo que é

aplicado pelos governos burgueses submissos só tem levado ao agravamento desse quadro, porque destrói o pequeno produtor e favorece a formação e crescimento de latifúndios, que em geral ficam abandonados.

As propostas reformistas de pressão parlamentar por reforma agrária esbarram no Congresso manipulado pela UDR e no bloqueio intransponível da crise capitalista, que também se expressa na falência do Estado, que reduz drasticamente o financiamento da produção agrícola para atender às exigências imperialistas de pagamento dos juros de dívida externa. A solução da crise agrícola passa necessariamente pela luta contra o latifúndio e em defesa da terra para os agricultores pobres (sem terra). Essa luta só pode ter sucesso se se basear na ação direta, nas ocupações de terra com resistência, e na ajuda do proletariado urbano, aliado dos camponeses na luta contra os capitalistas, que exploram, e os operários e expulsam os camponeses das terras.

A aliança operário e camponesa visa destruir o capitalismo através da insurreição da maioria oprimida contra a burguesia e da instalação do governo operário e camponês, que expropriará os latifúndios e levará a tecnologia das cidades para o campo, de forma que este produza todos alimentos necessário para a maioria nacional, que passa fome sob o capitalismo.

A importância dos grêmios estudantis

Vem crescendo a necessidade dos secundaristas construir grêmios livres ou reconstruírem aqueles que foram desativados. A razão está em que os estudantes começam a sair da paralisia do movimento estudantil, resultante principalmente da política das direções (UNE, UBES, etc), que têm se submetido ao democratismo burguês e submetido os organismos de representação ao jogo parlamentar, como muito bem demonstram as posições referentes à aprovação da LDB, (Lei de Diretrizes e Base para a Educação).

O agravamento da crise econômica e a quebra de perspectiva para a juventude vem exigindo um posicionamento dos estudantes, que só não emergiu devido ao freio das direções políticas, ligadas do PC do B, MR-8, etc.

A importância de se organizar uma ampla rede de grêmios está em que possibilita as bases se expressarem diretamente e controlarem suas direções. Sem esta rede de base, vinculada à vida das escolas, a UNE, UBES, UMES não poderão se transformar em canal de luta de massa em defesa do ensino, de atividades políticas e contra a opressão nacional e social. É por isso que a burocracia escolar, constituída pela administração, e as autoridades estatais reprimem as iniciativas pelos grêmios livres e impõem o controle sobre estes organismos, transformando-os em centros de recreação.

Mas as direções da UBES e UMES também cumprem, a sua maneira, esse papel, ao conceberem os grêmios existentes como espaços festivos, e ao não lutar pela independência do movimento estudantil frente à política dos partidos democratizantes burgueses ou pró-burgueses. Não é para isso que os estudantes precisam de grêmios, mas sim para se politizarem, se posicionarem frente às grandes questões do país e da juventude nela inserida e transformá-los em organismos de luta.

Os estudantes, na sua grande maioria, são filhos de operários e de classe média baixa, são oprimidos pela exploração de classe, que via de regra impossibilita inclusive a aprendizagem científica e assimilação cultural. Esta é uma das razões básicas porque precisam dos grêmios para participarem organizadamente das lutas sociais da maioria oprimida, dirigida pela classe operária. Para isso, têm de ser independentes da burocracia escolar e se impor frente à repressão do Estado

O que a UNE está defendendo?

A UNE e a UBES dizem defender o ensino público e gratuito. No entanto, esta defesa está permeada de contradições, originadas na defesa da LDB, que privilegia o ensino privado.

Num documento intitulado "Pontos prioritários para os estudantes na LDB", propõem a aprovação de alguns artigos, a rejeição de outros e algumas emendas, sendo que alguns merecem destaque para que seja possível avaliar o tipo de propostas colocadas. Vejamos:

· APROVAR:

1 - Art.24, que institui o Conselho Nacional da Educação (CNE) e define sua composição, no ESSENCIAL DEMOCRÁTICA e com a participação de entidades científicas, sindicais e estudantis;

2 - Caput do art.105, que condiciona o envio de verbas públicas para escolas particulares, desde que atendidas as responsabilidades do poder público com sua rede;

· REJEITAR:

1 - Escola filantrópica, portanto sem fins lucrativos, cobra mensalidades mas se beneficia da isenção fiscal. Vamos derrotar essa definição do que é escola filantrópica e assegurar que elas ofereçam ensino gratuito;

· EMENDAS:

1 - Assegurar 2 representantes de cada entidade (UNE e UBES) no CNE.

O que significa, apoiar a criação do Conselho Nacional de Educação? Significa apoiar a permanência do controle da educação nas mãos da burguesia e seu Estado e não nas mãos de pais, alunos e trabalhadores da educação.

O que significa dizer que o Estado pode proceder o envio de verbas públicas para a rede particular, desde que assegure o envio de verbas para a rede pública? Significa dizer que, na verdade, a UNE e a UBES aceitam a manutenção da escola privada, logo, não defendem o ensino público e gratuito.

Quando rejeitam o conceito de escola filantrópica, e propõem que a mesma ofereça ensino gratuito, na verdade, propõem que, ao invés dos alunos pagarem a escola particular, o Estado é que deve fazê-lo para a instituição mantenedora, ou seja, ao invés do aluno pagar quem paga é o Estado, e da onde vem o dinheiro do Estado? Dos impostos, portanto, quem vai pagar a escola particular para a elite? OS ASSALARIADOS que não podem colocar seus filhos em escolas particulares!!! Isso seria um grande favor às escolas confessionais, ditas filantrópicas.

O problema da UNE e da UBES é que ambas se descaracterizaram como direção do movimento estudantil ao assumir posições reformistas de solução dos problemas via parlamentar, ou seja, através de concessões pacíficas do Estado burguês, o que faz com que não seja capaz sequer de defender propostas democráticas, como o sistema único de ensino público e gratuito, controlado pelos pais, alunos e trabalhadores da educação. Por isso a direção da UNE e da UBES não se coloca pela bandeira da estatização de toda rede de ensino particular, sem indenização, e acaba por capitular frente às pressões da Igreja, que domina boa parte do ensino particular.

A REPRESSÃO AOS MARRETEIROS

Fruto da violenta recessão que se instalou no país, os "marreteiros" buscam na economia informal o meio de subsistência. Além do desemprego, os baixos salários em nada contribuem para modificação desse quadro.

A disputa com as grandes lojas desencadeia uma série de conflitos como os já ocorridos em São Paulo e, recentemente, no Rio de Janeiro, onde os ambulantes foram violentamente reprimidos pela PM, durante manifestação promovida para reassumir pontos de venda.

Em São Paulo, os lojistas estão reivindicando da prefeitura mais energia para inibir o comércio ambulante e a prefeita Luiza Erundina já determinou que a Guarda Metropolitana reprima com rigor os "marreteiros" do Brás.

Por que não dizer que Luiza Erundina, neste aspecto, tem "know how" para exportar para o Rio de Janeiro,

haja vista a violência com que reprimiu os "marreteiros" do Brás em meados deste ano, para preservar os lojistas.

A CUT, que está dirigindo o movimento dos "marreteiros" em São Paulo e no Rio, diz não se responsabilizar pelo que pode fazer "a massa trabalhadora revoltada". Mas também não diz o que pretende fazer, pois está atrelada a um partido que permanentemente vem traindo a classe trabalhadora (o que a prefeita Erundina faz é uma traição aberta).

Se a CUT reconhece a existência de uma massa trabalhadora revoltada, cabe formar uma frente de massa contra as medidas recessivas, pró-imperialistas e antipopulares de Collor, só assim poderá assumir uma luta de forma consequente.

TÊXTEIS - SP

Balanço da Greve

Ao final da campanha salarial, os patrões do setor têxtil ofereceram apenas migalhas para a categoria. A greve que durou 7 dias foi fruto da miséria do setor. Os operários impuseram não só para os patrões mas, também, para os pelegos uma greve geral sem nenhum tipo de organização.

A greve começou no dia 31.10. e se arrastou por 7 dias, apenas levada pela disposição de luta e condições de penúria em que se encontram os operários. A diretoria do sindicato jogou sujo para quebrar o movimento desde o início da campanha. Negou-se a organizar a greve e a cumprir determinações das assembleias (realizar operações arrastão), chamou passeatas sem objetivo claro e acabou por quebrar a greve fazendo manifestações na porta das fábricas favoráveis ao retorno ao trabalho, além disso manobrou a categoria enganando com uma proposta de 118% de aumento, que na verdade eram apenas 55% mais 21.34% sobre as extras do salário de outubro, utilizando-se, portanto, de uma mentira vergonhosa.

Tecelagem Brasil lutou para que a greve continuasse

Os operários da Tecelagem Brasil impediram que os pelegos (apesar do esforço de João), acabassem com a greve já no primeiro dia. Votaram pela continuidade da greve e rejeitaram o acordo de 55% em outubro. A experiência dos companheiros da Tecelagem Brasil, neste momento, deverá ser traduzida na organização de comissões de fábrica, que dêem sustentação e direção ao movimento, para que seja possível assim construir a unidade na luta e derrubar os pelegos da direção, devolvendo o sindicato aos trabalhadores, instrumento de luta contra a opressão.

A posição da oposição

A oposição "Têxteis da CUT", durante a campanha salarial, procurou organizar os operários na greve geral para que fosse possível arrancar dos patrões o que é de direito dos trabalhadores.

Em todas as assembleias, propôs a formação dos comandos de base eleitos pelos trabalhadores, a formação dos comitês de fábrica, etc. Apesar de ter significativa importância neste processo da campanha, a oposição não foi ainda capaz de tomar em suas mãos a direção da luta. A burocracia reacionária (que encheu muitas vezes o sindicato com metalúrgicos de São Caetano e "bate-paus"), conseguiu impedir que a oposição pudesse jogar o papel central de organizadora da greve.

A experiência da greve geral têxtil, depois de 30 anos de paralisia social, mostra com maior clareza aos operários a necessidade imediata de construir a oposição classista e de luta, para a partir deste momento organizarmos a luta contra as demissões e contra o arrocho salarial.

FORA OS PELEGOS DO SINDICATO!

ORGANIZAR AS COMISSÕES DE FÁBRICA PARA ORGANIZAR A LUTA!

CONTRA AS DEMISSÕES!

PELO PORTALECIMENTO DA OPOSIÇÃO CLASSISTA!

Apeoesp: uma diretoria burocratizada

A conquista da Apeoesp, após a derrota do arqui-pelego Rubens Bernardo, veio da luta contra o sindicalismo burocrático e na perspectiva de colocar o sindicato como instrumento de ação nas mãos dos trabalhadores em educação. Nesse sentido, o movimento de oposição desempenhou a tarefa fundamental de arrancar o sindicato das mãos dos agentes do governo. Porém, após 10 anos de gestão dessa direção (corrente política Articulação), os princípios que nortearam essa luta estão sendo gradualmente abandonados.

A democracia sindical tem sido rechaçada. Hoje, impera o poder da diretoria, através da manipulação do Conselho de Representantes. Na última greve, impediu o direito de livre manifestação e expressão dos opositores, cortando a palavra daqueles que defendem a formação dos comandos. Não permitindo o livre debate nas instâncias da entidade (limita as intervenções no CR e na Assembleia), utiliza "olheiros" em assembleias para impedir o direito de questionamento, faz do achincalhamento a tônica de seu discurso, dos métodos autoritários a sua ação para barrar as oposições e, ultimamente, procura a imprensa e justiça burguesas para denunciar todos aqueles que se opõem à sua política (utilizou a Folha de S. Paulo para caracterizar os opositores de "tendências fascistas" e armar um processo judicial para condenar um professor do CR).

Uma direção sindical que atinge tal grau de decomposição acaba, invariavelmente, colocando-se à mercê da política oposta à dos trabalhadores. Não é por acaso que nega a se confrontar com o governo, que se opõe ao trabalho de politização da classe, que espalha a ilusão quanto ao parlamento burguês e, nesses dois últimos anos, vem se recusando a defender a greve como a tática principal para impedir a ofensiva governamental.

Não há dúvida que a diretoria da Apeoesp se burocratizou e, assim, procura impedir com os métodos autoritários qualquer oposição que ameace o seu poder. A luta contra a burocratização e quebra de independência da Apeoesp é uma tarefa central. O caminho é o da construção do movimento de oposição, assentado nos princípios fundamentais da democracia operária. Há que se dizer com toda clareza que a burocratização leva a destruição do sindicato, considerado como organismo de resistência da classe. A defesa da Apeoesp como instrumento de luta passa necessariamente por varrer a direção burocratizada.

A crise na escola privada

A educação atravessa profunda crise. Não mais se restringe às escolas públicas, atinge à rede privada.

Assistimos, de um lado, aos donos de escolas pressionarem o governo para liberação das mensalidades escolares. O que foi prontamente respondido pelo ministro da educação, José Goldemberg, através de um projeto de lei que determina o reajuste das mensalidades de acordo com a variação de custos definidos pelas planilhas específicas (de cada escola), determinando, com isso, o reajuste a cada dois meses.

Por outro lado, os pais e alunos pressionam, também o governo, para impedir essa correção bimestral. Utilizam para isso os argumentos da falta de controle para fiscalizar tais planilhas e da inviabilidade de reajustes a cada dois meses.

O que se verifica é que a educação privada se tornou um luxo para a pequena burguesia. Diante da brutal crise econômica, o custo da educação é altíssimo. Basta lembrar, que uma boa parte das escolas cobra mensalidades que variam de 180 a 750 mil cruzeiros (por exemplo a PUC). O valor das mensalidades tem sido superior à própria inflação. Só em SP as mensalidades subiram 296% para uma inflação de 188%.

A mercantilização do ensino está chegando ao ponto em que somente uma camada restrita da burguesia poderá utilizá-la. A classe média arruinada está perdendo este privilégio. O Sr. Goldemberg, num projeto anterior, pretendia criar uma escala de valor para o ensino privado. As mais qualificadas custariam mais caro. Isso já se passa na realidade. O fato novo é que uma importante parcela já não pode pagar nem os bons nem os ruins. Esta situação retrata a decadência capitalista, que arrasta consigo a classe média.

Greve na Cofap: burocracia sindical impõe a aceitação das demissões

Terminou a greve dos operários da Cofap, depois de dez dias de paralisação. A empresa não abriu mão das 1000 demissões, além das 290 voluntárias ocorridas pouco antes de 10.11. Desde o início do governo Collor, a empresa já reduziu o quadro de funcionários de 11.500, em março de 90, para 7965 em setembro de 91.

A direção do sindicato de Santo André (CUT) imprimiu ao movimento a mesma tática utilizada na Brastemp, a das demissões "voluntárias". Empenhou-se a fundo e contou com o apoio de Lula, Aloisio Mercadante, José Cicote, que apelaram à Dorothea Werneck para intervir junto à empresa, no sentido de diminuir a lista dos demitidos e de melhorar os benefícios aos demitidos voluntariamente.

Essa tática das demissões voluntárias impôs o recuo ao movimento grevista, que, iniciado contra as demissões, concluiu com a aceitação total das demissões impostas pela empresa, o mesmo que ocorreu na Brastemp. Um exemplo claro disso foi a passeata pacífica ocorrida dentro da fábrica com a permissão do patronato e acordado com a direção do sindicato, para impedir que os operários ocupassem-na.

E não poderia ser diferente, pois amenizar o conflito é a forma encontrada pela burocracia sindical para ajudar os capitalistas a superar a crise. Não foi à toa que o presidente do sindicato alegou "que face às dificuldades da empresa, os 70 dias de estabilidade para os que sobraram, significou um bom acordo".

É preciso repudiar o pacifismo e a tática de demissões voluntárias, que têm favorecido a onda de demissões imposta pelos capitalistas, que começa nas grandes empresas e vem se alastrando pelo país.

Lutar de fato contra as demissões e a mutilação capitalista significa radicalizar os métodos de luta da classe, ocupando as fábricas e unificando os movimentos com os outros setores oprimidos.

A greve nos metalúrgicos de São Paulo

Os metalúrgicos de São Paulo fizeram nos últimos dias 30, 31, 1 e 2 a maior mobilização da categoria desde 1985. Mas logo que o Tribunal do Trabalho ofereceu um aumento de 113% (bem inferior ao reivindicado), Medeiros suspendeu a greve, mesmo sem um acordo formal com a FIESP. Os patrões logo entraram com um processo na justiça para derrubar a decisão do TRT, coisa que conseguiram: o TST determinou a redução do índice para 75%.

Diante do fiasco, Medeiros pressionou a FIESP, ameaçando com uma greve para o dia 21.11, pela manutenção do índice do TRT. Mas logo foi negociar com os patrões e reduziu todas as principais conquistas da greve: de 113%, o índice caiu para 100%; de 4 meses de estabilidade, caiu para 3 meses; de 100% sobre as horas extras, caiu para 75%. Os dias parados serão descontados.

Com esse acordo miserável Medeiros, suspendeu novamente o movimento auxiliando a manutenção do arrocho salarial. Os acontecimentos da greve metalúrgica traz o ensinamento de que submissão do sindicato às decisões da kistça burguesa conduz à derrota. As mesmas só alcançarão suas reivindicações com ampla mobilização. O sindicalismo de resultados faz da greve um traque

A CUT tem sua responsabilidade no caso. A oposição não foi capaz de capitalizar o descontentamento dos metalúrgicos e combater o derrotismo de Medeiros, defendendo a greve. Assim, permitiu que o pelego fizesse seu jogo tranquilamente e sabotasse a luta.

É preciso construir uma fração revolucionária nos metalúrgicos, para que, apoiada num programa de classe, seja capaz de travar a luta política pela derrubada do sindicalismo de resultados e pela defesa das reivindicações de classe.

Matemática do terror: Telesp + pelegos = paralisia

Dando curso a sua política espúria de apoiar todas as propostas patronais em detrimento da categoria, os pelegos do sindicato continuam mantendo a categoria paralisada frente às demissões e a campanha salarial já vendida.

Na assembléia de 25.09, os pelegos informaram que estavam em assembléia permanente, porém, de lá para cá não convocaram uma única assembléia da campanha salarial. Apenas continuam distribuindo boletins "bonitinhos", chamando a categoria a aprovar a proposta patronal de 90%, quando a perda é de mais de 500%.

Enquanto isso, utilizam seus delegados para criar o pavor das demissões e a voz corrente dentro da empresa é que "emprego está difícil", "a Telesp vai continuar as demissões se não aprovarem a proposta salarial da empresa, porque a empresa não tem recursos para bancar um aumento muito grande", "que os que foram demitidos não gostavam de trabalhar e que quem gosta tem seu emprego garantido".

Bem, para responder a toda essa barbaridade, tem que se levar em conta que a Telesp está sendo privatizada e que isso implica em desemprego. As demissões não acabaram, apenas não vão ocorrer NO MÊS do dissídio (dezembro), porém, em janeiro voltarão a todo vapor. Isso é necessário, como já dissemos nos artigos anteriores, para que a empresa se torne mais lucrativa e mais sucateada para poder ser privatizada de uma vez..

Com a direção do sindicato os trabalhadores não podem contar, pelo contrário, está a serviço do governo-patrão, no entanto, não se pode abandonar a utilização do sindicato. Trata-se de setores de base mais conscientes se levantarem contra a burocracia e exigirem a convocação da Assembléia. As reuniões por prédio é o nosso instrumento para criar as condições de mobilização. A formação de comissões de base é o meio de que dispomos para enfrentar a difícil situação. Por essa via podemos fortalecer a oposição sindical e acuar os bandidos do sindicato.

A bandeira a ser levantada é pela readmissão dos demitidos e pela defesa do salário e emprego, porém essa bandeira só pode ser levada avante por uma direção classista que deve ser formada a partir do fortalecimento da oposição e que arrancará das mãos dos pelegos pró-patronais o instrumento de luta da classe trabalhadora: seu sindicato.

O fechamento da Ford

A multinacional Ford Motores está com seus dias contados. O seu fechamento será em fevereiro de 92. Em uma só pincelada, serão demitidos 1000 operários.

Qual tem sido a ação do sindicato?

Vicentinho correu para os EUA, na sede da empresa, para pedir piedade aos patrões. Levou no bolso a proposta de "em vez de fechar, que os donos a vendam". Inclusive apresentou os possíveis compradores: um grupo alemão (Elsbett International Inc) e uma financeira norte-americana (Patricof Company).

Não bastando isso, procurou apoio de Fleury e do governo federal. Para estes, também, tinha propostas, como por exemplo, criar prêmios fiscais às companhias que fizessem determinado tempo sem dispensar trabalhadores (redução da carga tributária).

Por aqui se vê que a burocracia tenta solucionar o problema das demissões pelas via capitalista. Por isso, esconde dos operários que a demissão é fruto da decomposição do regime, onde a burguesia não consegue manter o mesmo quadro de empregados e, necessariamente, recorrerá às demissões. Ao defender a proposta de redução dos impostos (para os patrões), assume a reivindicação do donos do capital (há muito tempo que as montadoras pressionam o governo para reduzir os impostos). Nesse sentido, tem servido de pombo correio ora para o imperialismo ora para o governo.

Por essa via os operários não terão a garantia de emprego. Ao contrário, tem havido uma onda massiva de demissões, só no ABC (nesses últimos meses) são mais de 23 mil. Portanto, o caso da Ford não é um fato isolado, se soma ao da Brastemp, Cofap, Alparagatas, Staroup, etc. São milhões de demitidos. O que não pode ser resolvido individualmente (medidas para cada caso). Trata-se de um problema nacional, que deve ser respondido, também, nacionalmente. A via de solução está nas mãos dos próprios operários, há que preparar a resistência, a ocupação, impor o controle operário da produção e conquistar a escala móvel das horas de trabalho, para que não haja nenhum desempregado. Esta luta contra o desemprego exige a unidade entre empregados e desempregados, organizados em todo país em comitês.

O RESSURGIMENTO DO FASCISMO

Recentemente, assistimos ao reaparecimento de partidos e movimentos de extrema direita na Europa. Na França, a extrema direita presidida por Jean-Marie Le Pen tem crescido em função da perseguição aos imigrantes ("invasão" de estrangeiros à procura de trabalho). Na Alemanha, não tem sido diferente. Na Áustria, o Partido Liberal (direitista) ocupou nas últimas eleições regionais o segundo lugar, logo abaixo do Partido Social Democrata. Na Dinamarca, o Partido do Progresso elegeu 12 deputados de um total de 179. Nos Estados Unidos, nas eleições para o governo da Louisiana, David Duke, presidente da Ku-Klux-Kan (a direita fascista) obteve 39% dos votos. Na Espanha, milhares de pessoas realizaram manifestação para lembrar a morte de Franco (ditador sangrento). Em outros lugares como Holanda, Bélgica, etc, esses agrupamentos ressurgem.

A Frente Nacional, de Le Pen, apresentou um projeto fascista de discriminação e perseguição às massas estrangeiras empobrecidas, em nome de "proteger a identidade nacional". O nacionalismo direitista prevê demissão para os estrangeiros, como proteção aos trabalhadores franceses. Restringe o acesso das crianças imigrantes, estabelecendo cotas. Encurta o tempo de permanência de 10 anos para 2 (carta de residente). E propõe a construção de alojamentos, próximos de aeroportos e portos, para facilitar a expulsão.

Este plano reflete o impasse do capitalismo imperialista, que já pode cantar glórias ao sistema de exploração do trabalho. A sua desagregação recai sobre as massas trabalhadoras na forma de desemprego em massa e destruição da qualidade de vida. Os fascistas procuram atribuir a responsabilidade aos milhares de imigrantes, que fogem de seus países em razão do desemprego, que agora atinge inclusive todo o Leste Europeu com a marcha da restauração capitalista.

Esses partidos ultradireitistas procuram arrastar atrás de si setores da pequena burguesia desesperada e do lumpensinato. Em uma situação de crise violenta (recessão, desemprego ameaçando toda a Europa, onde milhares de trabalhadores cruzam as fronteiras à procura de trabalho, com a impotência dos partidos social-democratas e o bloqueio da burocracia sindical para o avanço da luta anticapitalista das massas), abrem terreno para as organizações de extrema-direita.

A emancipação do proletariado frente à social-democracia e à burocracia sindical, que inclui o estalinismo putrefato, é necessária para se contrapor ao ressurgimento do fascismo, que ainda se encontra em fase embrionária. A tarefa de construção do partido marxista-leninista, da IV Internacional, é estratégia para o proletariado se constituir em força revolucionária frente à burguesia reacionária.

A CRISE NORTE-AMERICANA

A queda de 120 pontos da Medical Industrial Dow Jones na Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 15 de novembro, trouxe à tona a explosividade da crise capitalista norte-americana. Estes 120 pontos significam nada mais nada menos do que a queima de cerca de US\$ 100 bilhões, quase o equivalente ao total da dívida externa brasileira. O mini-crack de 1987 derrubou 500 pontos (US\$ 500 bilhões). Os analistas do mercado esperavam para 18 de novembro a repetição de um "crack" nas proporções de 1987. Graças a intervenção maciça do Banco Central (Federal), o estouro foi contornado. Segundo a declaração de uma alta fonte de Wall Street, não está afastado "o risco de a catástrofe ter sido apenas adiada para uma outra segunda-feira" (Estadão 19/11).

O secretário do Tesouro, Nicholas Brady, responsabilizou o pânico na Bolsa ao projeto do senador Alfonso D'Amato, limitando os juros a 14% ao ano dos cartões de crédito, objetivando reavivar a economia. O fato é que um grande montante dos valores negociados na Bolsa é capital fictício, não encontra correspondência no montante da produção. Resulta do monumental crescimento do capital especulativo, típico da época imperialista do capitalismo, isto é, da época do domínio do parasitismo financeiro.

Com a recessão, a quebra de setores inteiros da produção norte-americana está colocada. Quanto mais durar e aprofundar a destruição das forças produtivas, mais se colocará o "crack", maior ainda do que a histórica quebra de 1929. A intervenção cada vez mais constante do Estado para sustentar a ruína de setores chaves nada mais faz do que aumentar a inadimplência do próprio Tesouro (aumento da dívida estatal) e acumular os elementos para o estouro do capital financeiro parasitário.

Pela lógica capitalista, quem paga e pagará a crise são as massas trabalhadoras que estão recebendo salários cada vez mais baixos, convivendo com o desemprego e o subemprego crescente e com a destruição dos serviços sociais. Por outro lado, o imperialismo descarrega sua falência sobre os países semicoloniais, como os latino-americanos, que, pela sujeição de suas burguesias decrépitas, são obrigados a pagar sem poder suas dívidas externas, entregar as estatais e submeter seus mercados internos ao controle do monopólio estrangeiro.

Estas manifestações da crise, que em poucos minutos destroem bilhões de dólares, expressam a falência do sistema econômico capitalista, que terá de ser destruído pela revolução proletária.

Cuba:**Como salvar a Revolução ?**

O histórico congresso se realizou nas condições mais difíceis para a revolução cubana: a importante ajuda que recebia da URSS tem-se reduzido praticamente a zero, a falta de combustíveis determinou que se adote velhos meios de transporte (carroças, bicicletas, etc) e os produtos de primeira necessidade como o sabão, a carne, o calçado ou vestuário escasseiam.

O bloqueio internacional do imperialismo norte-americano se agudiza e se orienta a estrangular o regime castrista no menor tempo possível, para retornar à "democracia" formal burguesa. Nessas dramáticas condições Castro tem dito que Cuba "tem uma responsabilidade histórica e universal de seguir seu curso socialista" e o congresso devia delinear a estratégia para cumprir esse objetivo. E o problema que o Congresso do PC cubano deixou de lado foi precisamente o fundamental: se a revolução mundial não vier em auxílio da revolução, esta naufragará, mais cedo ou mais tarde. Se essa é a realidade

comprovada na experiência internacional o problema número um devia ser como contribuir para que as massas do mundo derrotem o capitalismo putrefato, como estruturar o partido mundial da revolução socialista.

A crítica radical da natureza contra-revolucionária do estalinismo gorbachoviano, de sua definitiva capitulação ante o imperialismo e de sua política pró-capitalista de destruição dos próprios fundamentos da sociedade socialista, eram os pilares programáticos fundamentais para cumprir tão importante tarefa.

Sem dúvida, o congresso castrista se recusou a fazer esse balanço. Castro disse: "ainda não chegou a hora de fazer uma análise consciente e profunda das causas da quebra do socialismo na Europa Oriental". E não se trata de uma questão acadêmica, esse balanço é vital para a sobrevivência de Cuba e para a própria revolução mundial. Acaso o castrismo pensa que é possível que Cuba se mantenha isolada e continue seu "curso socialista"? As medidas de abertura ao capital financeiro internacional podem ser uma solução momentânea, mas não podem manter-se indefinidamente porque se corre o risco de que acabem devorando as conquistas da revolução. Esses gravíssimos erros do congresso comunista em Cuba mostram as limitações do castrismo, que não conseguiu alinhar-se a luta de pôr em pé a IV Internacional, em seu empirismo pragmático de impulsionar o foquismo na América Latina, se submeteu ao estalinismo e assinalou sua política contra-revolucionária. Daí que não pode ir fundo na crítica ao estalinismo. O pior de tudo é que a atitude do congresso do PC cubano é praticamente suicida porque conduz ao maior isolamento da revolução cubana e portanto a seu maior debilitamento. Com essa política que cede ante a pressão imperialista se converte em presa fácil do próprio imperialismo que busca sua destruição por todos os meios. Quismo na América Latina, se submeteu ao estalinismo e assinalou sua política contra-revolucionária. Daí que não pode ir fundo na crítica ao estalinismo.

(Extraído do jornal "Massas" boliviano nr.1266 06.11)

LIT - A questão da revolução antiburocrática

No seu Boletim de discussão Internacional (junho de 91), a LIT-QI afirma que houve uma revolução antiburocrática no Leste Europeu. É correta a caracterização de revolução antiburocrática? Afirmamos que não. A LIT faz uma análise ultraparcial e subjetiva dos acontecimentos do Leste Europeu. Falseia o problema da Revolução Política.

Afirma: "Embora a burocracia do Kremlin não tenha sido ainda derrubada, a revolução antiburocrática já deu um golpe colossal no stalinismo como aparato e corrente política mundial (...)" "A queda do Muro de Berlim foi o símbolo internacional da revolução antiburocrática e do desmoronamento mundial do aparato stalinista" (...) "Além disso, como já dissemos, o mais importante foi que a revolução política no Leste não era acompanhada simultaneamente por uma revolução social no Oeste".

Desenvolvendo a análise, a LIT reconhece que "é uma revolução não só inacabada, senão que a rigor apenas começou. A verdadeira revolução política será a que imponha o poder revolucionário dos trabalhadores (...), para arrancar pela raiz a degeneração burocrática, deter a contra-revolução econômica imperialista e substituir os regimes e governos restauracionistas do capitalismo (...)

Este reparo, por si só, demonstra que não houve uma revolução antiburocrática ou revolução política. A LIT acoberta sua análise subjetiva (não materialista histórica) da revolução burocrática com a idéia de que esta apenas começou. E não é consequente em sua constatação de que as massas carecem de uma direção revolucionária.

A verdade é que a revolução política não pôde se impor no Leste Europeu, porque o proletariado não esteve dirigido por um partido trotsquista (marxista-leninista). A burocracia, desagregada sob o peso da crise econômica e do Estado, logrou controlar o levante através de uma de suas frações pró-capitalistas, apoiada direta ou indiretamente pelo imperialismo. Não é por outra razão que de todos os choques emergiu a ala mais direitista, ou seja, abertamente pró-imperialista, como Walesa, Yeltsin, etc. Que revolução antiburocrática é essa que potenciou a fração estalinista, agente da restauração da economia de mercado? Que redundou na anexação de Alemanha Oriental pela Ocidental? E o que dizer, então, da Polónia e Hungria? A revolta na Albânia e na Romênia deram lugar a que governo?

A resposta clara a estas perguntas nos levará a conclusão bem diferente a que chega a LIT. A revolução política foi abortada pela ausência do programa revolucionário, ou seja, do partido internacionalista. A desagregação do aparato estalinista e o levante de massas não deram lugar à recomposição da ditadura proletária. Os governos que se estruturaram não vieram das massas, mas sim da entranha da própria burocracia estalinista ou das forças social-democratas e Igreja (como no caso da Polónia), não deixando de ascender ao poder em colaboração com os militares burocráticos.

A ditadura estalinista, que no passado se apoiou nas conquistas da revolução de Outubro, ao se desagregar, não cedeu lugar à retomada do poder pelo proletariado, devido à falta do partido, apenas se adaptou à nova situação, desenvolvendo no seu interior as tendências pró-imperialistas. A ditadura burocrática continua vigente, voltando-se contra a economia estatizada e apoiando-se diretamente na burguesia imperialista, bem como nas camadas sociais abastadas.

O correto é dizer que a revolta das massas foi desvirtuada, para não realizarem a revolução política. Afirmamos que as greves, manifestações e insurreições manifestaram o embrião da revolução política, que para se desenvolver dependerá da vanguarda construir o partido da IV Internacional. Enquanto avançar a restauração capitalista não se pode dizer que houve revolução antiburocrática, pelo fato da reação continuar a dominar o proletariado.

Para a LIT, a caracterização de que houve uma revolução antiburocrática, mesmo inicial, é importante para sua teoria da revolução democrática, como se os acontecimentos do Leste Europeu fossem o prelúdio para a "verdadeira revolução política". Não lhe passa à cabeça que não houve nenhuma revolução democrática e sim o aborto da revolução política. A análise morenista se ajusta à bandeira do socialismo com democracia, que contorna o problema central do Leste Europeu, que é a necessidade de reconstruir a ditadura proletária, sem a qual não começará e nem haverá nenhuma revolução política. Só podemos afirmar que o levante resultou em revolução, se o proletariado tomou o poder em suas mãos. Enquanto a ditadura burocrática (travestida de Perestroika/Glasnost) mantiver as rédeas do Estado, a caracterização de revolução antiburocrática é falsa.